

RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O CASO DA RAIA CENTRO-IBÉRICA

Fátima Velez de Castro

Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra

Contacto: 914150865 ou velezcastro@fl.uc.pt

Resumo:

O papel dos recursos humanos é decisivo para a promoção do desenvolvimento regional. O perfil demográfico das populações condiciona profundamente a forma como olham o território, bem como o papel que desempenham e a maneira como actuam nas diversas vertentes da vida comunitária. Com este trabalho pretende-se dar a conhecer duas realidades fronteiriças sob o ponto de vista dos recursos humanos, do lado português a Beira Interior Sul, o Alto Alentejo e o Alentejo Central, do lado espanhol Cáceres e Badajoz, ou seja, a raia centro-ibérica. Desta forma tentar-se-á perceber que populações habitam nessas áreas, bem como inferir sobre as características comuns/diferenciadas que apresentam, no sentido de levantar algumas hipóteses sobre o contributo que poderão ter no desenvolvimento das suas regiões (fronteiriças) no presente e no futuro. Esta comunicação vem no contexto da dissertação de doutoramento que me encontro a realizar (Geografia), a qual trata a problemática da mobilidade na sua relação com o território, e como tal pode ou não influenciar o desenvolvimento regional das áreas de chegada dos migrantes.

1. O sentido do estudo de territórios fronteiriços luso-espanhóis

A fronteira entre Portugal e Espanha marca um espaço de pertença a dois territórios, a duas populações que comungam uma identidade próxima mas ao mesmo tempo distanciada por particularidades específicas a cada uma delas. A noção de pertença àquela linha que marca limites administrativos, esbate-se quando se vive demasiado próximo do outro lado, quando se estabelecem relações de parentesco, de trabalho ou de consumo e se reconhece uma paisagem física e humana bastante similar em territórios fronteiriços.

Em busca de uma visão geográfica da fronteira que aqui se pretende estudar, Lopez Trigal (2000, p.42), geógrafo, refere:

«Jornada entre la Beira, el Alentejo y Extremadura, marcada por un recorrido por la raya central continuación del día anterior, en el área del valle del río Tajo, paisajes de despoblados, de olivos, de encinas y alcornoques, de eucaliptos para la fábrica de pasta de papel que contamina fuertemente el Tajo, de cereales, y de embalses a uno e otro lado de la raya, que vamos siguiendo primeramente a lo largo de la IP2, de desigual calidad de pavimentación y anchura (hasta el punto que se comentaba que esta carretera “aparece e desaparece como el Guadiana”).»

Marcam a paisagem as formas do relevo, a actividade agrícola e silvícola, as infraestruturas, essencialmente uma continuidade que nem sempre se mantém, mas quase sempre se prolonga em marcas que são o reflexo da existência de um limite que separa dois territórios. E é neste jogo de contínuo/descontínuo que o geógrafo vê a fronteira da raia centro-ibérica, como se fosse um limite físico, administrativo e psicológico que se acentua ou esbate conforme a especificidade de cada lugar ou de cada temática tratadas.

Num cenário onde se intercala o que é da natureza com o que é do Ser Humano (pois nos dias de hoje será bastante difícil definir o que é de um e o que é do outro), marca também a paisagem os *despoblados*, a ausência de população, entendida não só do ponto de vista da inexistência de recursos humanos, mas também da existência de uma população envelhecida e pouco dinâmica na perspectiva demográfica, social e económica e que por isso tem pouca visibilidade do ponto de vista do dinamismo territorial.

Nessa lógica, fará sentido empreender um trabalho onde se explore a dimensão humana da fronteira, desta fronteira centro-ibérica que marca dois territórios pertencentes à União Europeia, à Europa mediterrânica, dois territórios conotados com a pobreza, a exclusão e o fraco dinamismo económico-social. Entre outras, urge responder às seguintes questões:

- 1) Quem são as populações que vivem nestes espaços?
- 2) Qual o futuro destas populações?
- 3) Como é que a dinâmica presente/futura dos recursos humanos se poderá reflectir no(s) território(s)?

Os factores de bloqueio e de desenvolvimento regional estão associados ao papel da população nas actividades económicas e sociais de determinados espaços. A relação que estabelece com o território pode ter dois sentidos, pois se por um lado podem ser os próprios recursos humanos a dinamizar sectores tão importantes como por exemplo o mercado-de-trabalho (através do investimento e da subsequente criação de emprego) que torna os espaços atractivos, por outra a população pode tomar um papel mais passivo e optar pelo aproveitamento de oportunidades pré-estabelecidas por grandes grupos ou pelo governo, para se fixar e contribuir para o desenvolvimento de determinado local.

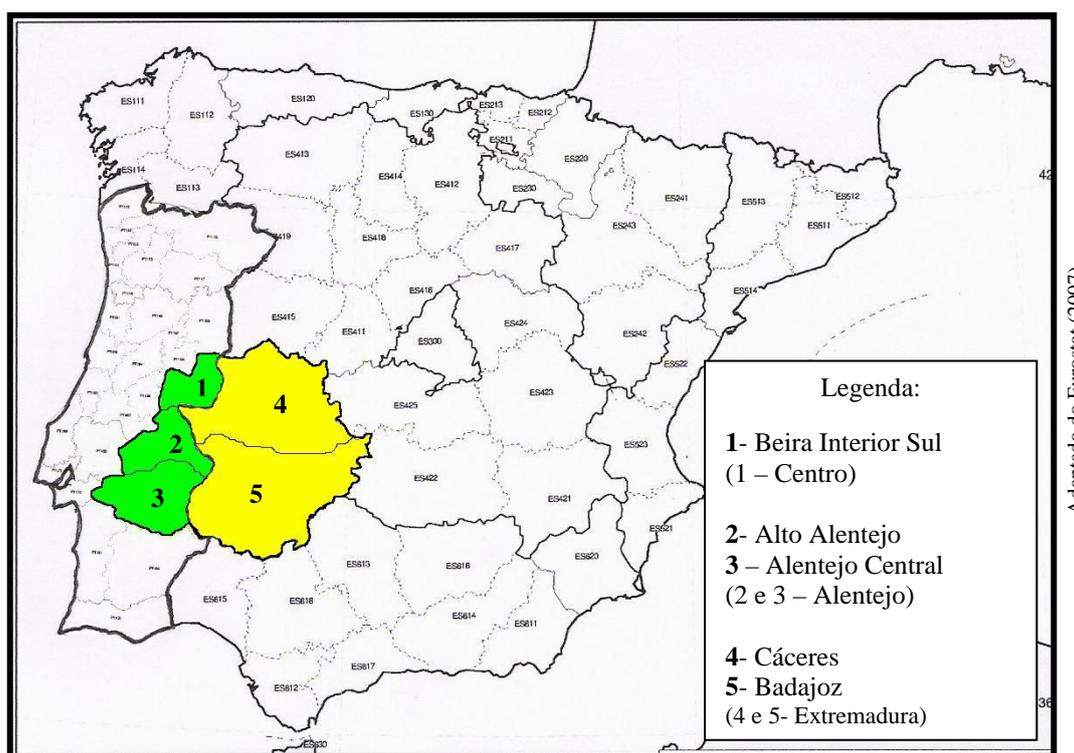
Em suma, os recursos humanos podem ter um papel activo no desenvolvimento regional e local se, espontânea e independentemente, criarem condições de dinamização do tecido económico e social, ou então optam por um papel passivo e se assumem como actores induzidos por estratégias iniciadas e dominadas por esferas superiores.

Seja como for, é necessário que se desenvolva em áreas de fraco dinamismo económico-social, como é o caso da raia centro-ibérica, um modelo de desenvolvimento sustentável que venha a criar uma base económica atractiva para a fixação e manutenção das próprias populações. Para tal torna-se imperativo que num primeiro momento se realize uma avaliação dos recursos humanos presentes nessas áreas, no sentido de conhecer as características demográficas actuais dessas populações para numa fase posterior se poder inferir como poderão ou não funcionar como factor de bloqueio/ dinamismo do próprio desenvolvimento regional.

2. Demografia(s) da Raia

2.1 O território em estudo

Para este estudo definiu-se que as áreas a tratar no território português seriam, ao nível da NUT¹ III a Beira Interior Sul (que ao nível da NUT II faz parte da Região Centro), o Alto Alentejo e o Alentejo Central (que ao nível da NUT II fazem parte da Região do Alentejo). No território espanhol as áreas em estudo seriam, igualmente ao mesmo nível, Cáceres e Badajoz (que ao nível da NUT II fazem parte da Região da Extremadura).



Mapa 1 – Área em estudo

A escolha destas áreas, além do que já foi referido no ponto anterior, esteve também relacionada com a vertente estatística da disponibilidade, recolha e tratamento dos dados, feito sobretudo com base no INE² de ambos os países.

O espaço geográfico abrangido por estas áreas ocupa 58.860 Km² (17.226 Km² no território português e 41.634 Km² no território espanhol), representando cerca de 10% da Península Ibérica. Embora a superfície ocupada pelo espaço espanhol seja bastante superior ao português, perante as próprias realidades

¹ NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais.

² INE – Instituto Nacional de Estatística (neste caso o português e o espanhol). Também foram recolhidos dados no SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) português.

nacionais, a Beira Interior Sul, o Alto Alentejo e o Alentejo Central representam 8% de Portugal, enquanto que Cáceres e Badajoz representam 4% de Espanha.

Tendo em conta dados referentes a 2005, podemos constatar que em termos relativos estes territórios têm um peso aproximado no total populacional dos seus países (cerca de 3%). Acrescente-se ainda que no espaço em estudo vive 3% da população da Península Ibérica.

	Área (Km ²) (2004)	População Residente (2005)	Densidade Populacional (2005)
Portugal	92.118	10.569.592	115
Centro	28.199	2.382.448	84
Beira Interior Sul	3.748	75.282	20
Alentejo	31.551	765.971	24
Alto Alentejo	6.249	120.495	19
Alentejo Central	7.229	170.896	24
Espanha	505.990	41.378.924	82
Extremadura	41.635	1.083.879	26
Cáceres	19.868	412.580	21
Badajoz	21.766	671.299	31

Elaboração própria a partir de dados do INE PT/ES (2007)

Quadro 1 – Área e população em estudo

Quer dizer que embora os dois territórios de fronteira considerados se diferenciem em termos de dimensão, acabam por, do ponto de vista demográfico, se aproximarem em termos de peso no total populacional dos respectivos países.

Desta forma é necessário ter em consideração as diferenças regionais em termos de densidade populacional. Destacam-se situações particulares: em primeiro lugar uma aproximação das NUT III em análise face à realidade das NUT II, excepto no caso da Beira Interior Sul que apresenta uma densidade populacional (20 h/km²) francamente mais baixa do que a Região Centro (84 h/km²), onde está inserida. Em segundo lugar, destaca-se Badajoz como sendo a região fronteiriça da área em estudo com uma maior densidade populacional (31 h/km²).

COIMBRA (2002, pp.43 e 44) considera as fracas densidades como sendo um fenómeno característico das zonas fronteiriças, pois são regiões localizadas no interior dos seus países, mais periféricas e mais afastadas dos centros de decisão. Além disso a fraca dinâmica populacional estará também relacionada com a existência de poucos centros urbanos nestas regiões. Do lado espanhol Badajoz parece ser o mais atractivo, do lado português Évora também aparenta algum

destaque, no entanto nenhum representa um pólo fortemente atractivo para a manutenção ou até mesmo captação populacional à escala regional ou nacional.

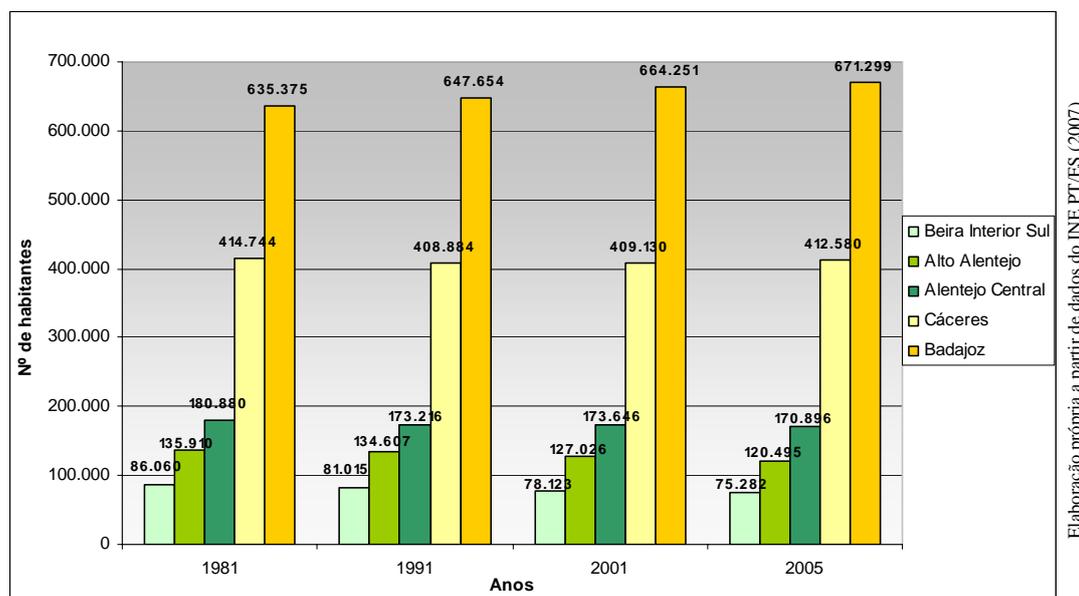


Gráfico 1 – Evolução da população residente entre 1981-2005

De 1981 até 2005 a Beira Interior Sul registou um declínio de 14% de habitantes, o Alto Alentejo 13% e o Alentejo Central 6%. Apesar da perda populacional nesta região, Évora, com as suas actividades (serviços, a própria universidade, etc.), ainda continua a exercer algum poder de atracção junto das populações. Do outro lado da fronteira Badajoz foi a única região, entre as datas já referidas, onde houve um aumento populacional de 5%, enquanto Cáceres sofreu uma redução de 0,5%. Para o mesmo período verificou-se um aumento de população quer em Portugal (6%) quer em Espanha (9%), bem como das regiões em que estão inseridos as sub-regiões em análise (a região Centro registou um aumento de 26% e o Alentejo de 24%; a Extremadura teve um aumento populacional de 3%).

De uma forma geral houve um aumento populacional em ambos os países e nas regiões onde estão inseridas as sub-regiões em estudo. No entanto a raia centro-ibérica, com valores de população tendencialmente decrescentes, evidencia uma realidade onde está patente o envelhecimento demográfico, bem como o êxodo da população jovem, excepto no caso de Badajoz, que registou um aumento de população bastante positivo.

À partida parece estarmos perante um espaço fronteiriço com diferenças ao nível do crescimento populacional, contudo urge analisar o comportamento de

alguns indicadores demográficos inerentes a estas populações, no sentido de tentar compreender como esta evolução opera na dinâmica social destes territórios.

2.2 Natalidade, Fecundidade e Mortalidade

O saldo natural é um indicador bastante importante para a análise da população, na medida em que relaciona a natalidade e a mortalidade. Através desta equação, podemos constatar que no caso do território em estudo, há um acompanhamento da tendência de diminuição da taxa de natalidade, que se acentuou sobretudo a partir da década de 80 do século XX.

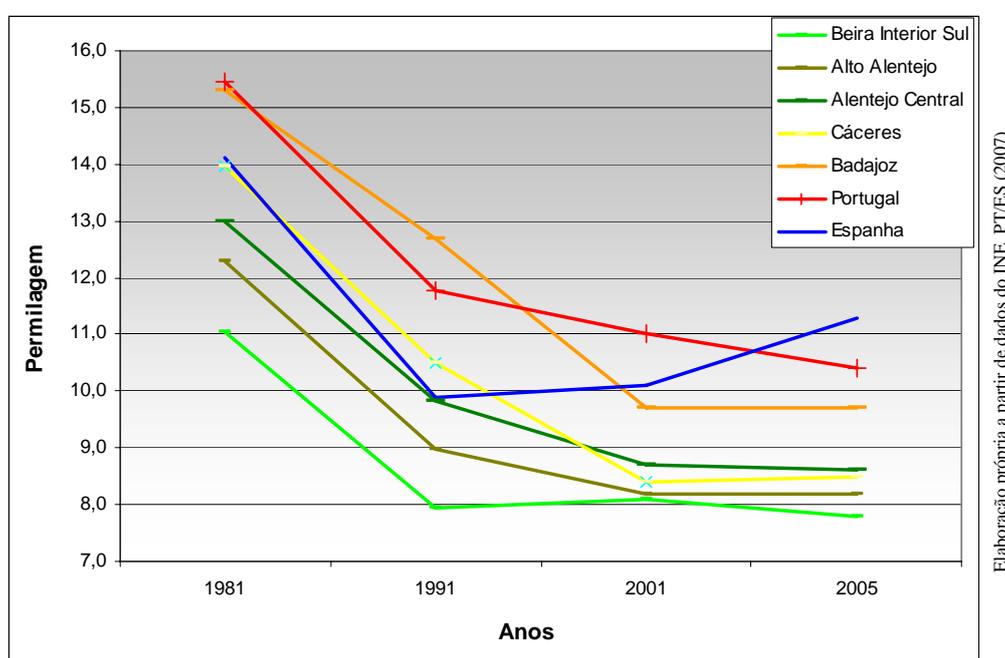
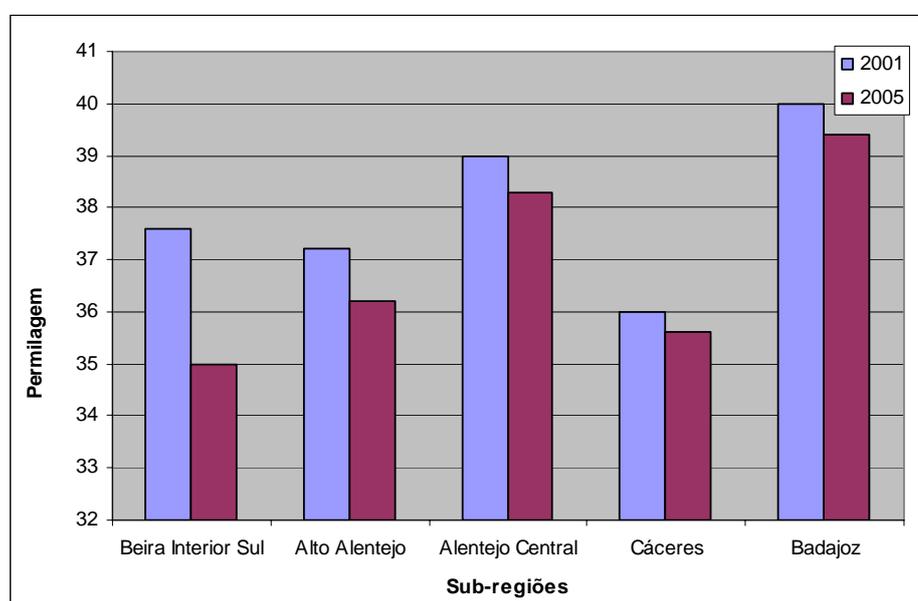


Gráfico 2 – Evolução da taxa de natalidade entre 1981-2005

Note-se que já no início da referida década, as regiões apresentam valores diferentes, sendo que Badajoz e Cáceres atingiam um maior número de nascimentos (15,3‰ e 14‰ respectivamente). No caso português a Beira Interior Sul regista já nos anos 80 uma taxa de natalidade bastante baixa (11‰), valor que noutros casos (como por exemplo Badajoz) só é registado em 1996.

Esta diferença pode ser fruto do reflexo da emigração intensa que ocorreu nos anos 60/70 do séc.XX em Portugal não só mas também nas regiões do interior e da raia, o qual imprime já nessa década a marca resultante da saída de população jovem em idade activa e com capacidade para procriar. De qualquer forma no período entre 2001 e 2005 há uma convergência nos valores da natalidade de

quase todas as sub-regiões em estudo, não obstante dos valores de população absoluta serem diferentes, ou seja, mais elevados do lado espanhol. Significa que estaremos perante populações onde há sinais, por um lado, do envelhecimento populacional, mas por outro de uma sociedade jovem que estuda até mais tarde, atrasa a sua entrada no mercado de trabalho e consequentemente o projecto de constituir uma família com filhos. Veja-se que a idade média do casamento em Portugal era de 30 anos no caso dos homens e 27 anos no caso das mulheres (2001), sendo que em Espanha era de 33 para os homens e 31 para as mulheres (2005). No entanto os valores da nupcialidade são mais elevados em Espanha (4,8%) do que em Portugal (2,5%), sendo que as regiões e sub-regiões em estudo acompanham essa tendência, embora o número de nascimentos possa não ser directamente proporcional ao número de casamentos. Em termos práticos, no caso português pode verificar-se um menor número de casamentos, mas um aumento das relações de facto, o que se traduz em nascimentos fora do casamento. No caso espanhol não obstante do nível de casamentos, o número de filhos na família continua a ser reduzido.³ A taxa de fecundidade tem acompanhado a tendência da taxa de natalidade, ou seja, de uma forma geral há menos mulheres em idade fértil a terem filhos⁴.



Elaboração própria a partir de dados do INE PT/ES (2007)

Gráfico 3 – Evolução da taxa de fecundidade entre 2001-2005

³ Tendo como referência o índice sintético de fecundidade, verifica-se que em 2005 Portugal apresenta um número médio de filhos por mulher de 1,4 e Espanha de 1,3 sendo que as áreas de fronteira em estudo não se afastam destes valores (excepto Badajoz que apresenta um índice sintético de fecundidade de 1,2).

⁴ Estipula-se que as “mulheres em idade fértil” abrangem a faixa etária dos 15 aos 49 anos.

Embora o declínio deste indicador se tenha vindo a intensificar ao longo dos anos, as sub-regiões portuguesas apresentam uma diminuição ligeiramente mais acentuada entre 2001 e 2005. Cáceres já regista desde a primeira data uma taxa de fecundidade na ordem dos 36‰. Destaca-se ainda Badajoz como a sub-região com valores mais elevados, em comparação com as outras áreas de fronteira em estudo.

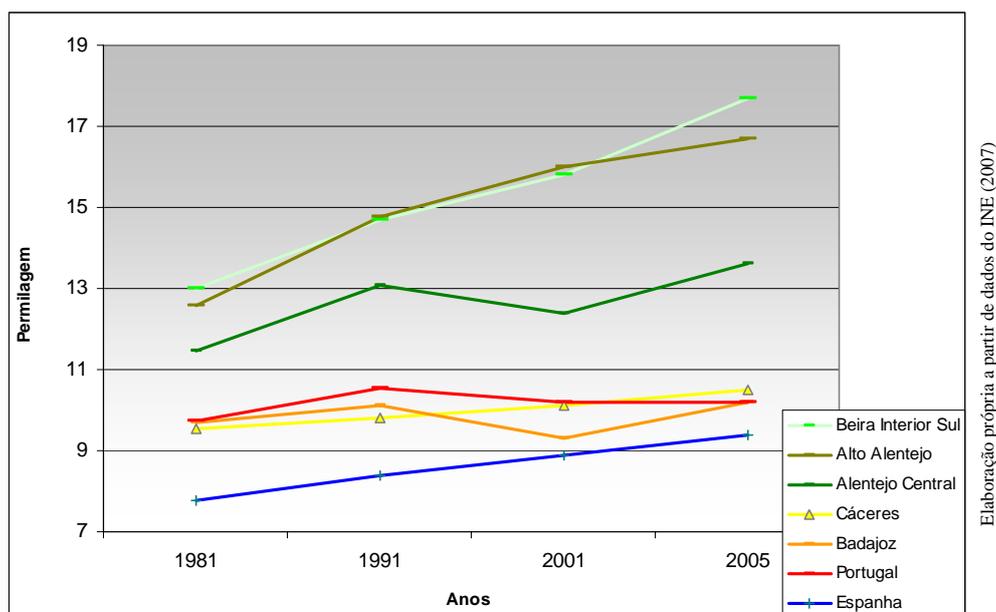


Gráfico 4 – Evolução da taxa de mortalidade entre 1981-2005

No que concerne à mortalidade, verifica-se que de uma forma geral houve um aumento do número de óbitos entre 1981 e 2005, com o Alentejo Central e Badajoz em 2001 a inflectirem temporariamente essa tendência. De ressaltar o caso específico da taxa de mortalidade infantil que diminuiu ao longo do período considerado. Em 1981 este indicador era de 22‰ em Portugal e de 13‰ em Espanha vindo a diminuir para 2,4‰ e 3,8‰ respectivamente. No caso das sub-regiões estudadas a taxa de mortalidade infantil em 2005 era de 3,4‰ no Alto Alentejo; 4,5‰ em Badajoz; 3,7‰ em Cáceres e 0‰ na Beira Interior Sul e no Alentejo Central. Esta descida e a manutenção dos baixos valores deve-se a uma evolução no campo da medicina (desde os meios de diagnóstico aos de acompanhamento, entre outros), bem como na melhoria no acesso aos serviços de saúde. Aliado a estes factores está relacionado o próprio comportamento da taxa de natalidade e de fecundidade, na medida em que o facto de nascerem menos crianças também contribui para que a própria mortalidade infantil nunca possa atingir níveis considerados elevados.

A taxa bruta de mortalidade o comportamento é inverso, isto é, há tendência para o aumento do número de óbitos. Neste caso, e não obstante da morte poder ocorrer em faixas etárias jovens/adultas decorrentes de determinado tipo de doenças (por exemplo cancerosas, cardiovasculares, etc.) ou acidentes de viação ou trabalho, esta tendência traduz a consequência natural do envelhecimento. Badajoz e Cáceres apresentam valores de mortalidade (entre 9% e 11%) um pouco mais baixos do que as sub-regiões portuguesas, com destaque para a Beira Interior Sul com uma taxa de mortalidade perto dos 18%. De uma forma geral o território em análise apresenta valores mais elevados do que as médias dos respectivos países em 2005 (10,2‰ em Portugal e 9,5‰ em Espanha), o que pode denunciar o próprio envelhecimento regional destas áreas fronteiriças face aos territórios nacionais em que estão inseridos.

Em suma, de acordo com o comportamento dos indicadores já analisados, constata-se que o saldo natural revela-se insuficiente para, pelo menos permitir a manutenção dos níveis populacionais. Significa que a raia centro-ibérica, mais propriamente as sub-regiões estudadas, apresentam um crescimento natural negativo, sobretudo a partir do início do séc.XXI.

	1981	1991	2001	2005
Portugal	0,6	0,1	0,1	0,0
Centro	0,4	-0,2	-0,2	-0,3
Beira Interior Sul	-0,2	-0,7	-0,8	-1,0
Alentejo	0,1	-0,5	-0,6	-0,5
Alto Alentejo	0,0	-0,6	-0,8	-0,9
Alentejo Central	0,2	-0,3	-0,4	-0,5
Espanha	6,4	1,5	1,2	1,9
Extremadura	5,2	1,8	-0,4	-1,1
Cáceres	4,4	0,7	-1,7	-2,0
Badajoz	5,6	2,6	0,4	-0,5

Elaboração própria a partir de dados do INE PT/RS(2007)

Quadro 2 – Evolução da taxa de crescimento natural entre 1981-2005

Há duas situações a ter em conta: a primeira é a de que apesar de Espanha ter um crescimento natural positivo (1,9‰) face a Portugal onde em 2005 o valor é nulo, apresenta discrepâncias regionais bem marcadas. É o caso da Extremadura onde há uma perda bem marcada de população (-1,1‰), ultrapassando até as regiões portuguesas em análise (Centro -0,3‰; -0,5‰).

A segunda é que apesar das sub-regiões espanholas terem apresentado valores de natalidade e de fecundidade um pouco mais elevados do que as sub-regiões portuguesas fronteiriças em análise, acabam por não ser significativos face aos níveis ascendentes da mortalidade e ao envelhecimento da população que acabam por influenciar o decréscimo crescimento natural.

Perante este cenário será importante analisar com maior pormenor a estrutura da população da área em estudo, bem como a presença de imigrantes no território, não só no sentido de inferir sobre o perfil do habitante da raia centro-ibérica, bem como sobre os possíveis efeitos da presença de população estrangeira nessas regiões.

2.3 Estrutura da população

Pela observação do gráfico seguinte, o qual revela a composição da população pelos grandes grupos etários em 2005, podemos constatar que há um significado notório das classes acima dos 25 anos. Aliás, podemos mesmo afirmar que o peso da classe adulta dos 25 aos 64 anos é predominante face a outras idades, sobretudo no caso das sub-regiões de Cáceres e Badajoz.

Outro dado importante é que a classe da população com mais de 65 anos excede em qualquer um dos casos a população com menos de 15 anos, marca do envelhecimento latente, se tivermos em conta o elevado peso da classe dos adultos no presente e que se irá reflectir ainda mais a médio prazo.

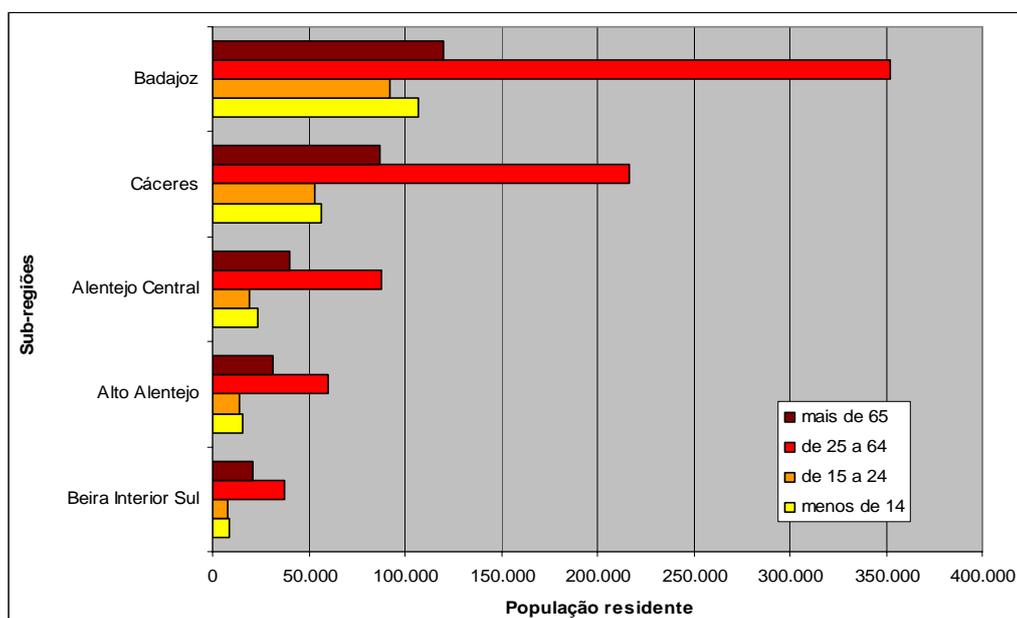


Gráfico 5 – Estrutura da população residente em 2005

É certo que na data era notório o peso dos activos⁵ na população total, no entanto a médio/longo prazo o cenário poderá inverter-se tendo em conta o diminuto peso das classes etárias mais jovens. E partindo do princípio que alguns destes jovens tenderão a partir para regiões mais atractivas e que a esperança média de vida poderá aumentar⁶, é provável que assistamos a um possível sobreenvhecimento que marcará de forma ainda mais negativa o território fronteiriço, quer pela falta de investimento e de população apta a produzir, quer pelos encargos sociais que acarreta o acompanhamento de uma população idosa.

Quando fazemos uma análise mais pormenorizada do peso de cada um destes grupos, constatamos que já na actualidade há uma sobrerrepresentação dos idosos face ao grupo dos jovens, no entanto há diferenças regionais evidentes quer num quer noutra lado da fronteira.

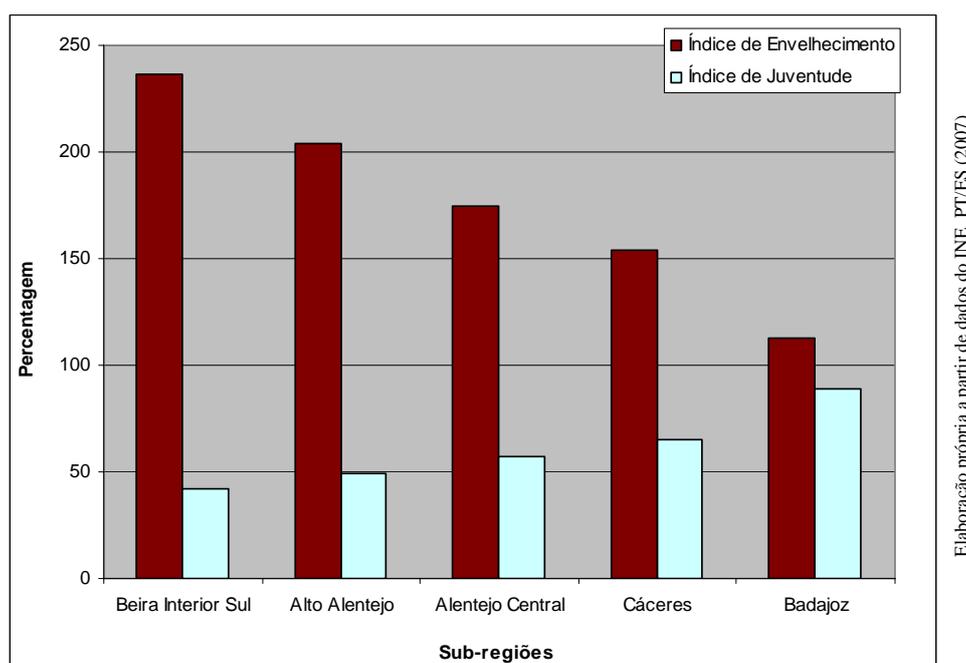
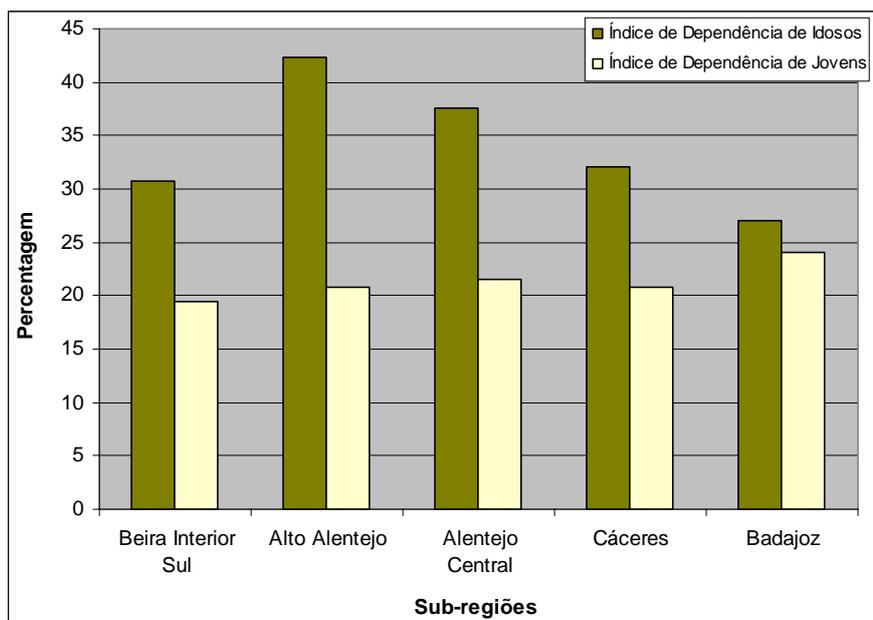


Gráfico 6 – Comparação entre o Índice de Envelhecimento e o Índice de Juventude em 2005

⁵ Alguns dados sobre a taxa de actividade em 2005: Portugal (52,5%); Região Centro (56,4%); Região do Alentejo (42,5%); Espanha (57,7%) e Região da Extremadura (51,1%).

⁶ Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2006, a esperança média de vida era de 78 anos para os portugueses e de 80 anos para os espanhóis.



Elaboração própria a partir de dados do INE PT/ES (2007)

Gráfico 7 – Comparação entre o Índice de Dependência de Idosos e do Índice de Dependência de Jovens em 2005

No gráfico 6 podemos analisar o peso do grupo dos idosos⁷ relativamente aos jovens⁸ (Índice de Envelhecimento) e dos jovens relativamente aos idosos (Índice de Juventude). Observa-se que a Beira Interior Sul é aquela que apresenta uma maior discrepância, ou seja, existem 2,4 idosos por cada jovem, registando-se uma tendência inversa no índice de juventude, ou seja, 0,4 jovens por cada idoso. Pelo contrário Badajoz apresenta um maior equilíbrio entre estes dois grupos populacionais já que por cada jovem existem 1,1 idosos, enquanto que o índice de juventude revela que existem 0,9 jovens por cada idoso. Estes indicadores revelam a prevalência do grupo dos idosos no tempo (fruto do aumento da esperança média de vida) e neste espaço, sobre o grupo dos jovens cujos quantitativos não conseguirão repor numericamente a geração dos avós e dos pais.

A importância destes grupos sobre a população adulta é um pouco diferente pois embora o comportamento seja semelhante ao dos indicadores já referenciados seja em termos demográficos ou espaciais, há uma menor disparidade. Em média, na região fronteiriça em estudo, há 0,4 idosos e 0,2 jovens por cada adulto⁹. Apenas em Badajoz há uma aproximação entre estes grupos (há 0,27 idosos e 0,24 jovens por cada adulto), o que revela um maior equilíbrio entre

⁷ Considera-se a população com idade igual ou superior a 65 anos.

⁸ Considera-se a população com idade igual ou inferior a 14 anos.

⁹ Considera-se a população entre os 15 e os 64 anos, inclusive.

as duas classes etárias, ao contrário das outras sub-regiões analisadas que seguem o padrão já indicado.

Face à situação analisada augura-se um futuro onde haverá um predomínio notório de idosos nestas regiões, a par de um despovoamento fruto não só deste fenómeno como também da saída dos jovens para áreas mais atractivas, sobretudo do ponto de vista do mercado-de-trabalho. Nesta lógica tem vindo a colocar-se a questão do papel dos imigrantes como um grupo populacional que poderá vir a fixar-se na raia interior. Assim torna-se importante discutir até que ponto podem contribuir para o abrandamento do envelhecimento ou até mesmo para o rejuvenescimento e dinamização económica da raia centro-ibérica.

2.4 A presença dos imigrantes

A Península Ibérica bem como os países mediterrâneos conheceram a partir dos anos 80 do séc.XX, uma nova configuração nas migrações, devido a todo um conjunto de factores de índole económica, política e cultural. As políticas migratórias, ao se tornarem mais severas nos países europeus tradicionalmente de imigração, fizeram com que houvesse uma redirecção dos fluxos migratórios. A Itália foi por isso pioneira, nos anos 80 do século XX, na absorção de imigrantes.

Com a entrada na CEE¹⁰ em 1986 a economia portuguesa e espanhola tornou-se atractiva, o mercado-de-trabalho começou a exigir mais mão-de-obra, grandes obras públicas iniciaram a sua edificação. Também uma localização/posição privilegiada face ao Atlântico e ao Mediterrâneo, foi motivo de atracção para imigrantes oriundos do Norte de África. As relações históricas e afectivas com as antigas ex-colónias fizeram com que Portugal e Espanha recebessem muitos imigrantes.

A queda dos regimes comunistas levou a que ao Mediterrâneo tenham chegado um número considerável de refugiados (Kosovares, Albaneses) e imigrantes, que também se sentem atraídos por estes países não só pelas (ainda) facilidades de entrada, mas também por fazerem parte da União Europeia.

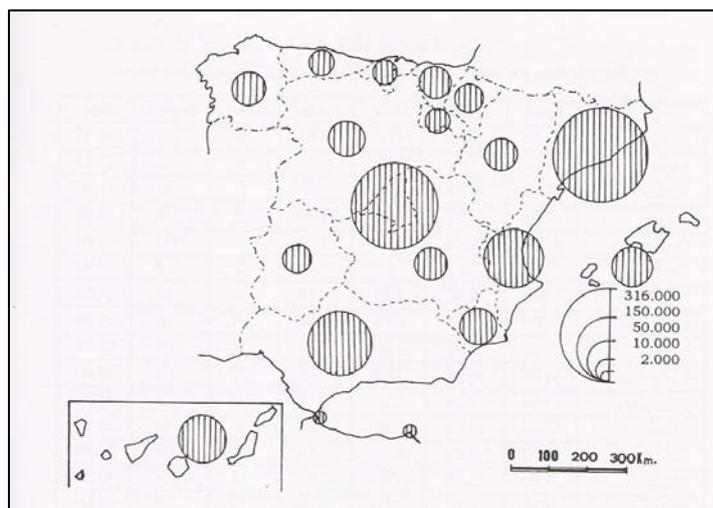
¹⁰ CEE – Comunidade Económica Europeia.

A diversificação dos fluxos, quanto às suas origens, motivações e constituição pode assegurar-se como problemática, no sentido em que se torna difícil o controlo de um dinamismo que pode resultar em problemas sociais. Por outro lado, concluiremos que está à disposição todo um manancial de mão-de-obra, que poderá contribuir para contornar o problema do envelhecimento da população activa (com todas as repercussões que isso terá em termos demográficos, económicos e sociais).

Dados de 2005¹¹ indicam que existiam 275.906 imigrantes residentes em Portugal, sendo que 3.685 residiria nas sub-regiões consideradas para este estudo (representam 1,3% dos imigrantes residentes em Portugal).

Na mesma data em Espanha estariam presentes 678.985 imigrantes residentes, sendo que 5.447 residiriam nas sub-regiões consideradas para este estudo (representam 0,8% dos imigrantes residentes em Espanha). O Alentejo Central e Cáceres parecem ser as áreas mais atractivas para estes imigrantes, contudo verificamos que comparando com os respectivos países, estas regiões de fronteira são pouco atractivas não só para autóctones como também para estrangeiros.

No fundo os imigrantes acabam por seguir a tendência das comunidades dos países de chegada, isto é, estabelecem-se nos locais onde há um maior dinamismo económico, onde o mercado de trabalho oferece mais



Fonte: MARTÍNEZ (2003)

Mapa 2 – Residentes estrangeiros em Espanha (2002)

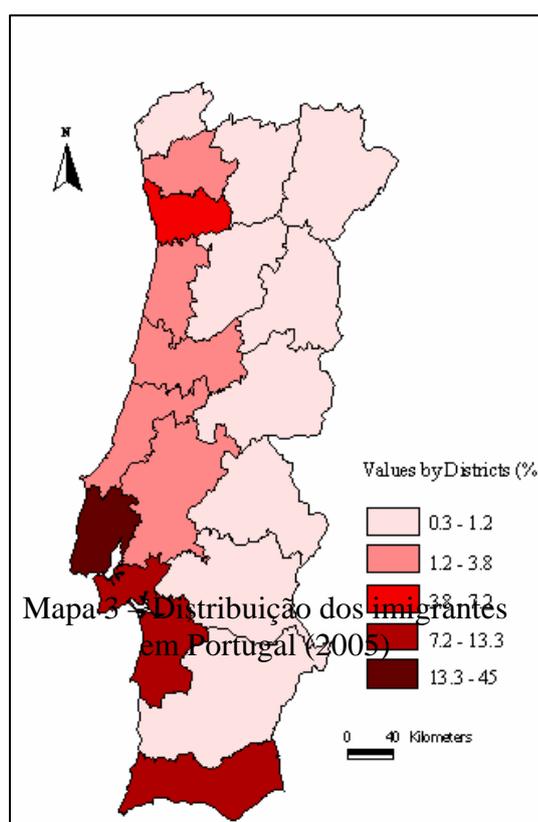
oportunidades, onde há uma maior variedade de actividades que podem exercer. Mas a pressão verificada sobre os grandes centros urbanos (Lisboa, Madrid, Barcelona., etc.) quer em termos de nacionais, quer em termos de estrangeiros, acabam por levar a que alguns procurem alternativas no interior.

¹¹ De ter em conta que os números referidos dizem respeito apenas aos imigrantes legais.

No caso português começam-se a verificar algumas incursões de imigrantes no interior do país, especialmente chineses que estabelecem os seus negócios nas capitais de distrito e em concelhos adjacentes, seguros de que o valor que pagam pelo arrendamento das instalações dos seus negócios (mais atractivos do que nas grandes cidades) e a venda de produtos baratos a populações economicamente desfavorecidas mas com necessidades de consumo, são factores aliciantes para deixarem os centros urbanos do litoral. Também os brasileiros e os europeus de Leste procuram alternativas na agricultura, na construção civil e em PME¹². O que se tem estado a verificar é que nas áreas de fronteira, também na raia centro-ibérica, há uma maior mobilidade dos imigrantes, isto é, há uma deslocação para Espanha, no sentido de procurar emprego nos serviços e na agricultura. Os imigrantes de Leste têm feito esta deslocação, juntando-se aos magrebinos e sul-americanos que marcam presença em território espanhol.

Em suma, embora se possa defender que a presença de imigrantes possa ser uma solução para o declínio da natalidade, para o reforço da população activa e para o aumento da produtividade, especialmente nas áreas de fronteira, é necessário que este grupo se fixe e

reúna a família tempo suficiente para poder desenvolver as suas actividades e se integrar no quotidiano da comunidade. O que se verifica é que estas áreas não têm uma base económica e social que sustente a permanência de população autóctone e estrangeira, daí que o despovoamento seja um fenómeno omnipresente.



	2005	2015
Portugal	10.569.592	10.586.686
Centro	2.382.448	2.379.018
Beira Interior Sul	75.282	70.073
Alentejo	765.971	457.753

¹² PME – Pequenas e Médias Empresas.

Alto Alentejo	120.495	110.004
Alentejo Central	170.896	156.607
<hr/>		
Espanha	41.378.924	47.118.532
Extremadura	1.083.879	1.080.478
Cáceres	412.580	413.634
Badajoz	671.299	666.844

Quadro 3 – Estimativas de população residente para 2015

Perante este cenário demográfico constatamos que dificilmente a raia centro-ibérica inverterá a tendência para o declínio económico e social já que e a partir do quadro 3, verificamos que as previsões apontam para um decréscimo demográfico nesta área¹³, excepto em Cáceres. Tendo em atenção que a presença dos recursos humanos e a sua actuação são peças vitais para o desenvolvimento regional e local das áreas de fronteira, e também no sentido de esbater a tendência para o declínio demográfico, social e económico, a União Europeia desenvolveu programas de ajuda específica a estes espaços.

3. Políticas Comunitárias de Apoio a Espaços Transfronteiriços

A entrada de Portugal e Espanha na CEE permitiu por um lado comparar níveis de desempenho económico e de desenvolvimento, o que levou a que ambos os país tivessem uma noção mais clara da situação económico-social em que viviam, dos seus problemas e vicissitudes, mas por outro lado permitiu o acesso a um conjunto de fundos com aplicação em diversos espaços e em diferentes áreas. Na lógica do diagnóstico dos problemas à escala regional e perante a situação qualitativa das estruturas económicas e sociais raianas no contexto da UE¹⁴, os respectivos governos empreenderam esforços para o estabelecimento de cooperação transfronteiriça a partir de 1988.

Para isso foi concebido um grupo de trabalho encarregado de identificar e seleccionar investimentos para a mesma, integrados no Programa de Desenvolvimento das Regiões Fronteiriças de Portugal e Espanha. Também no quadro do Tratado de Amizade e Cooperação (1977) foi criado um Conselho para a Cooperação Luso-Espanhola.

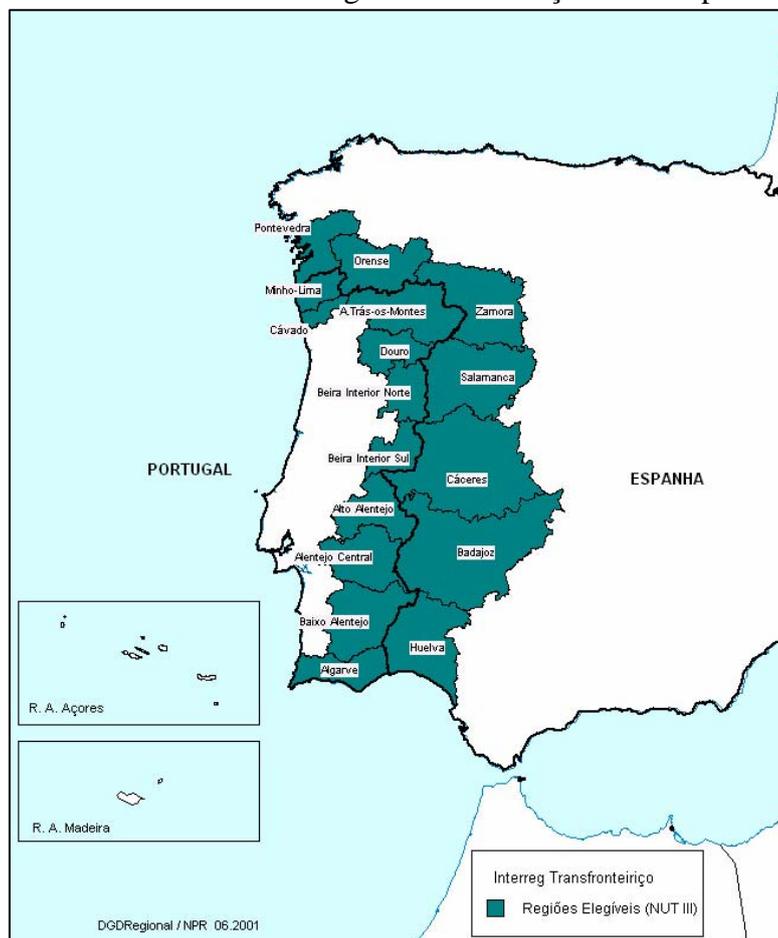
¹³ Projecções com base no cenário base (Portugal) e no cenário 1 (Espanha).

¹⁴ UE – União Europeia.

CAVACO (1995, p.28) afirma que a cooperação entre Portugal e Espanha aparece mais desenvolvida entre o Norte de Portugal e a Galiza, pois aproxima espaços com maiores afinidades culturais e relações mais dinâmicas (densidade populacional, actividades económicas), envolve o poder político, universidades, organismos empresariais e de trabalhadores, associações cívicas. Mais tarde esta cooperação foi-se limitando a grupos de discussão informais com representantes das autoridades locais e regionais, que apenas alimentavam trocas de informação referentes a assuntos de interesse comum.

Citando Covas e Bracons (1989) refere que “O problema das regiões fronteiriças entre Portugal e Espanha (...) não resulta de uma concorrência eventual entre os agentes económicos, mas sim da inexistência de uma massa crítica de recursos que possa trazer as duas regiões para um nível de concorrência previsível, estruturante do espaço transfronteiriço.” (Ob.Cit., pp.29-30). A região raiana constitui uma faixa territorial distante, periférica e isolada no contexto de cada país a que pertence e no conjunto peninsular, onde pesou a mediocridade das vias de circulação e o reduzido número de passagens. É um espaço rural de abandono, pobre e desfavorecido, de fracas densidades humanas e evoluções demográficas fortemente regressivas, de populações envelhecidas e rarefeitas, e também de economias marcadamente primárias e tradicionais, mal dotadas de equipamentos, sem dinamismo económico e social significativamente sólido, sem vantagens comparativas.

Neste âmbito, a UE cria um fundo de apoio específico para os territórios de fronteira, o INTERREG, com o objectivo de auxiliar as zonas fronteiriças a se integrarem no Mercado Único, através da melhoria da cooperação entre regiões separadas por fronteiras nacionais. Para isso foi elaborado o “Programa Operacional de Desenvolvimento das Regiões Fronteiriças de Espanha e Portugal” (1989-1993), o qual se centrou na criação e manutenção das infraestruturas viárias e nas comunicações entre os dois países. Não deixou meios significativos para outras áreas (agricultura e desenvolvimento rural, conservação de



Fonte: Quadro Comunitário de Apoio III (2007)

recursos hídricos e saneamento, recuperação de património histórico-cultural e turístico, acções de cooperação, etc.), mas melhorou-se a rede rodoviária, no entanto mantiveram-se o isolamento de lugares transfronteiriços, a pobreza das suas interrelações, os níveis incipientes de integração económica e social, o afastamento das respectivas populações.

O novo quadro do INTERREG (1994-1999) e também o LEADER, o qual visou uma abordagem do desenvolvimento rural baseado em programas apoiados pelas estruturas desenvolvimento local. Medidas: estímulo ao desenvolvimento rural, formação profissional e ajudas ao emprego, turismo rural, PME¹⁵, artesanato e serviços, valorização dos produtos agrícolas e florestais, equipamento

¹⁵ PME – Pequenas e Médias Empresas.

para os grupos de desenvolvimento local. Resultou em acções pontuais e com pouca visibilidade/consequências. (CAVACO, 1995, pp.30-32)

Na sequência dos programas anteriores foi definido para o período de 2000-2006 o INTERREG III, financiado pelo FEDER¹⁶, cujos objectivos se centraram na implementação de estratégias conjuntas transfronteiriças transnacionais e programas de desenvolvimento, no aprofundamento de parcerias entre diferentes níveis de administração com os agentes económico-sociais relevantes e na coordenação entre o próprio INTERREG III e os instrumentos de política externa da UE (tendo em vista o alargamento) Este compreende três vertentes: vertente A - Cooperação Transfronteiriça (aplicada a regiões fronteiriças vizinhas) cujo objectivo é o de desenvolver a cooperação económica e social através de estratégias conjuntas e programas de desenvolvimento); Vertente B – Cooperação Transnacional (aplicada a grandes grupos de regiões europeias) cujo objectivo visa o desenvolvimento e uma maior integração territorial na UE e com os países candidatos e vizinhos; Vertente C – Cooperação Inter-Regional (aplicada a regiões no território da UE e de países vizinhos) com o objectivo de promover a cooperação entre países membros, candidatos e vizinhos.

A recente finalização deste programa ainda não permitiu uma avaliação específica, nomeadamente acerca dos resultados na área em estudo. No entanto podemos constatar que a existência deste tipo de fundos resulta do facto de haver uma consciencialização sobre os problemas socio-económicos que afectam as áreas transfronteiriças. No entanto parece que a ineficácia da implementação de estratégias e da materialização de acções de facto não está tão dependente dos meios, mas sobretudo da falta de recursos humanos, não só em termos quantitativos, mas também com formação e capacidade para aproveitar os programas e investir nas áreas estipuladas. O relatório do PNPOT¹⁷ (2006, p.100) afirma que a escassez de recursos humanos é agravada por índices de envelhecimento agravados e taxas elevadas de abandono escolar, sendo estes os principais elementos que condicionarão o desenvolvimento e a organização territorial da região.

¹⁶ FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

¹⁷ PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

Desta forma é urgente pensar estratégias de desenvolvimento sustentável baseadas numa estreita relação entre o território, a fronteira e os recursos humanos.

4. Território, fronteira e recursos humanos

4.1 A cooperação transfronteiriça na relação com os recursos humanos

A cooperação interregional é uma das bases da própria UE. A caminhada para uma Europa das regiões e das cidades pressupõe o esbatimento do “efeito fronteira”, através do desenvolvimento de práticas de concertação e cooperação, da implementação de lógicas de redes e de capilarização e fluidez do espaço europeu. (CEDRU¹⁸, 2001, p.106).

Para isso a fixação das populações no interior é essencial, contudo tal facto está dependente da oportunidade de exercício de uma actividade remunerada. Nesta lógica a relação entre a criação de emprego, a promoção do investimento, mobilização do e a mobilização do potencial endógeno deve ter em conta não só a esfera económica mas todo o quotidiano que está à volta da população potencial que poderia ser atraída para estes espaços de fronteira. Seguindo esta linha de ideias, BAPTISTA (1999, pp.32 e 33) propõe algumas medidas que considera importantes para promover a atracção das populações:

1) Melhoria da qualidade do quadro residencial, associado ao equipamento dos lugares e às condições de acessibilidade, bem como o desenvolvimento do mercado de aquisição e arrendamento de habitação.

2) Respostas à procura de serviços associados a diversas áreas como o ensino, os tempos livres ou a cultura.

3) Implementação de medidas de natureza fiscal para compensação das populações do interior das desvantagens decorrentes de residirem nestes espaços interiores e menos dinâmicos do ponto de vista económico e social.

¹⁸ CEDRU – Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano.

4) Apoio à pluriactividade dos agricultores, diversificando as fontes de rendimento sem quebra de ligações à terra (por exemplo, no comércio).

5) Fomento do trabalho à distância.

Tratam-se portanto de medidas de carácter geral para áreas interiores deprimidas do ponto de vista populacional. O relatório do PNPOT (2006, pp.90,100, 101 e 104) apresenta medidas específicas para a raia centro-ibérica, assumindo que a fixação e o dinamismo dos recursos humanos irá depender de uma perspectiva estratégica que inclua um desenvolvimento sustentável ao nível económico e que passe também pela melhoria dos equipamentos e infraestruturas.

Algumas medidas propostas:

1) Desenvolver o potencial do eixo urbano estruturado pela A23 (Guarda-Covilhã-Castelo Branco), explorando a questão da cooperação inter-urbana.

2) Consolidar o corredor Lisboa-Évora-Badajoz e infraestruturar os corredores Algarve-Beja-Évora-Portalegre-Castelo Branco e Sines-Évora-Elvas/Badajoz como elementos estruturantes de um sistema urbano regional policêntrico

3) Desenvolver o potencial estruturante do eixo Lisboa-Badajoz, conjugando a qualificação das funções terciárias de Évora com alguma capacidade de atracção industrial e logística que se evidencia já no crescimento populacional verificado nos concelhos de Évora, Estremoz e Vendas Novas entre 1991-2001.

4) Organizar o sistema urbano de fronteira, assumindo em particular o interesse estratégico de um pólo transfronteiriço Elvas/Badajoz que possa explorar as novas acessibilidades em CAV às duas capitais ibéricas e reforçar a cooperação urbana transfronteiriça.

5) Reforçar o papel de Castelo Branco na articulação com o Médio-Tejo e com as regiões fronteiriças espanholas, criando condições para desenvolver ligações aos mercados litorais e do interior da Península.

6) A realidade de fronteira, permitindo apostas transfronteiriças designadamente no espaço Portalegre-Campo Maior-Elvas-Badajoz.

7) Promover o equilíbrio nos processos de crescente integração das regiões de fronteira num quadro de concorrência/cooperação com as cidades das vizinhas regiões espanholas.

8) Assumir uma estratégia comum de afirmação territorial e de aprofundamento da cooperação transfronteiriça e de exploração das oportunidades decorrentes da ligação com Espanha.

9) Compatibilizar a concentração necessária a uma escala mínima de economias de aglomeração com uma ocupação equilibrada do território para um acesso equitativo aos serviços e funções urbanas por parte das pessoas e actividades localizadas em espaço rural.

10) Racionalizar a implementação dos equipamentos e dos serviços colectivos através de mecanismos reforçados de cooperação intermunicipal.

11) Organizar a rede de equipamentos de âmbito supra-municipal numa lógica de complementaridade, de especialização e de funcionamento concertado.

12) Desenvolver determinados sectores de actividade como a agricultura (regadio) ou o turismo (aldeias históricas), sempre na óptica da preservação da qualidade da paisagem e da prevenção dos fogos florestais.

13) Implementação de soluções inovadoras de transporte público nas áreas rurais.

Na raia centro-ibérica tem havido tentativas, através da cooperação mútua entre o lado português e o lado espanhol, de estabelecer relações no território comum de fronteira. Espaço de encontro por excelência, permite acções de aproveitamento de sinergias e de cooperação que colocam em contacto ambas as populações, a população fronteiriça, como agentes do desenvolvimento regional e local.

4.2 Um espaço de encontro: o caso de Elvas-Badajoz

De relações ancestrais, estes dois centros urbanos têm trabalhado no sentido de desenvolver sinergias que lhes permitam fixar a população, aliado à promoção do desenvolvimento.

Várias são as infraestruturas que estas duas cidades vão partilhando, desde o recente *Coliseu* em Elvas que, com espectáculos diversificados (com artistas espanhóis e portugueses) vai atraindo espectadores dos dois países, o *Centro de Negócios Transfronteiriço* que acolhe exposições e eventos económicos de ambos os países, bem como o *Hospital Materno-Infantil de Badajoz* que integra o

complexo hospitalar Infanta Cristina e que passou a receber, após alguma tensão sobretudo do lado português com o fecho da Maternidade do Hospital Santa Luzia em Elvas, as parturientes portuguesas da região. Trata-se de uma questão de aproveitamento de recursos, que tem sido posta em causa em prol da saúde dos utentes, na medida em que a distância, embora relativamente curta, pode fazer a diferença na assistência ao parto. Por outro lado a centralização da maternidade num único organismo, permite que o investimento seja concentrado em termos de equipamentos e pessoal, promovendo um melhor atendimento e qualidade e serviços.

Este caso específico coloca a questão da problemática do aproveitamento de recursos, ou melhor, da partilha de equipamentos e infraestruturas nestas regiões. Nota-se que há uma necessidade de apropriação por parte das populações, que recorrem sobretudo ao argumento da distância no sentido em que esta pode dificultar o acesso aos mesmos, comprometendo a eficácia decorrente do usufruto. Contudo, na prática, o custo de construção e manutenção de certas infraestruturas só se justifica em determinadas áreas, não em todas, já que a falência quantitativa de recursos humanos não compensa o uso, daí a importância da acessibilidade, não só através do transporte público e privado, mas em especial do transporte que poderá ser efectuado por organismos locais (ex.Câmaras Municipais) em prol de população mais desfavorecida (ex.Idosos).

LABORDE (2000, p.204) defende que deve haver um aproveitamento a atracção de Badajoz sobre as vilas vizinhas, de tamanho inferior, que parecem manter uma polarização suficiente sobre as populações até mesmo de Elvas. Nesta linha de ideias é defendido o estabelecimento da *Eurocidade Ibérica Elvas-Badajoz*, baseada não só na proximidade geográfica entre as duas cidades, mas também em relações comerciais, económicas e laborais estabelecidas. Assim as cidades partilhariam actividades, equipamentos e infraestruturas comuns, bem como uma gestão que permitiria o uso de fundos monetários de forma a interligar e desenvolver o território de fronteira. No fundo tratar-se-ia de desenvolver um centro de referência no corredor Lisboa-Madrid, que poderia vir a desenvolver um eixo urbano com ligação a outras cidades (ex.Cáceres, Évora), que possibilitaria, perante a dinâmica descrita, a atracção e fixação das populações, sobretudo em idade activa.

A confirmar-se a integração da Eurocidade Elvas-Badajoz na rede Eurocities¹⁹ e a construção da *Plataforma Logística*, um interposto regional capaz de fazer a ligação/escoamento dos produtos do mercado português e espanhol através dos portos de Lisboa, Setúbal e Sines, desenvolver-se-ia um mercado-de-trabalho e um conjunto diversificado de serviços, surgindo conseqüentemente a necessidade de recrutar recursos humanos capazes de assegurar o funcionamento do sistema económico e social.²⁰

5. Reflexões finais

Perante o cenário apresentado, cumpre realizar uma reflexão sobre a situação presente da raia centro-ibérica ao nível dos recursos humanos e do seu papel no desenvolvimento local e regional do território de fronteira:

1) A raia centro-ibérica é uma região que enfrenta o problema do despovoamento, associado ao envelhecimento das populações que permanecem no território e à diminuição dos valores de população jovem.

2) Apesar disso, verificam-se diferenças regionais. As sub-regiões de Badajoz e do Alentejo Central apresentam valores de natalidade/fecundidade ligeiramente mais elevados do que as outras áreas em estudo, revelando também uma menor perda de população

3) O facto de Badajoz e Évora serem centros urbanos com algum dinamismo contribui para atraírem e manterem população jovem, ao contrário das outras sub-regiões apresentadas com centros urbanos menos influentes.

4) Os governos locais, nacionais e a própria UE têm mostrado preocupação na revitalização demográfica deste território, através da atribuição de fundos ou da criação de equipamentos e infraestruturas.

Elvas e Badajoz são exemplo de duas cidades da raia que tentam aproveitar sinergias, através do aproveitamento logístico comum. Pensa-se ainda

¹⁹ A Eurocities é uma rede europeia de grandes cidades onde actualmente pertencem mais de 115 eurocidades europeias. Está focada a reforçar os interesses locais dentro do contexto da União Europeia e é a única rede internacional que representa as cidades europeias com unidade política face à UE, recolhendo ainda os interesses técnicos das cidades. (DE LA MACORRA, 2006)

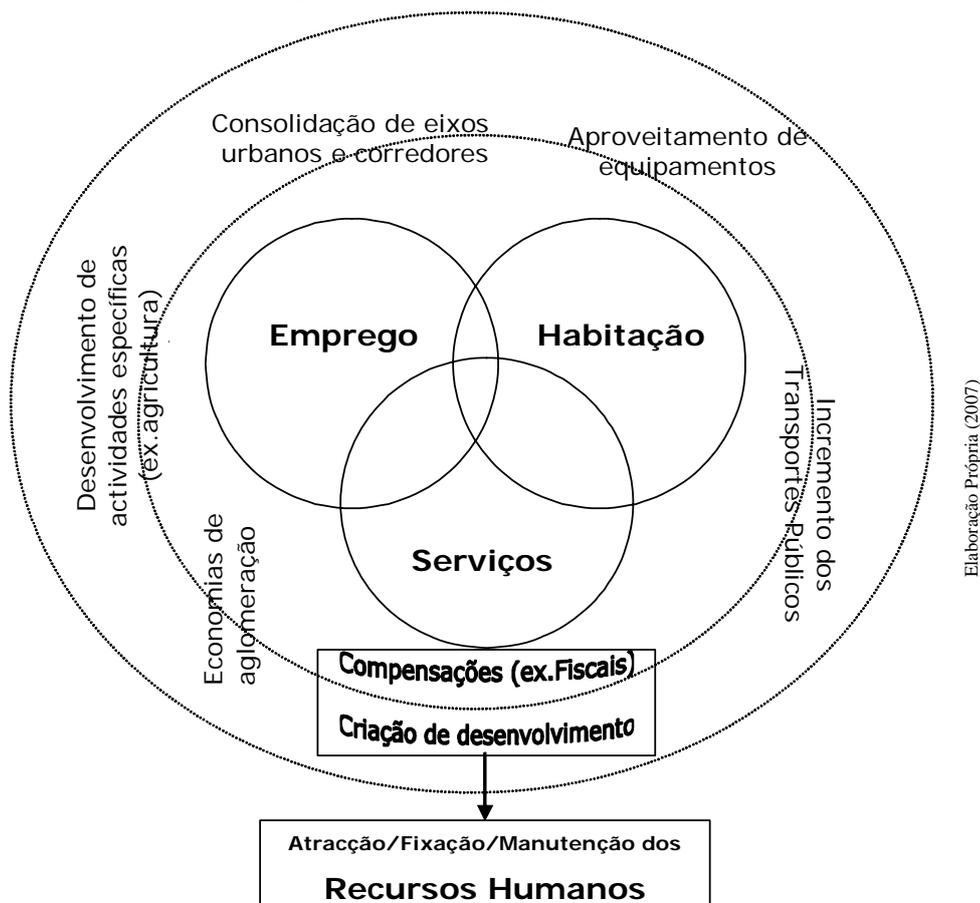
²⁰ De referir que os dois projectos anteriormente referidos ainda estão na fase de planificação, aguardando a concretização.

em beneficiar, numa lógica geográfica, da centralidade peninsular que apresentam, para o desenvolvimento de projectos de importância efectiva à escala da Península Ibérica. De referir que em Março de 2007 foi assumido um novo programa de cooperação transfronteiriça, em que Badajoz vai ser a sede do Secretariado Técnico Conjunto, que integrado num Comité Territorial, será responsável pela gestão de 350 milhões de euros de fundos comunitários do INTERREG, através da avaliação de candidaturas a esses fundos.

A escolha teve como base a centralidade de Badajoz relativamente aos restantes espaços territoriais de cooperação transfronteiriça e, sobretudo, a identificação das populações de ambos os lados da fronteira com um espaço comum com largas tradições de conhecimento mútuo, amizade e cooperação, nomeadamente com Elvas.

Para além disso, a existência de recursos humanos qualificados de ambos os lados do espaço de cooperação permite um recrutamento com composição equilibrada de técnicos e dirigentes, dando ainda Badajoz a garantia de infra-estruturas adequadas, de qualidade e em número amplamente suficiente para prover às necessidades em temas de hotelaria e restauração e para a realização de eventos participados por todas as entidades envolvidas no Programa.” (CCRA, 2007)

Em suma, podemos constatar que a fixação de recursos humanos na região da raia centro-ibérica irá depender da interligação de vários factores.



Esquema 1 – Atracção, fixação e manutenção dos recursos humanos no território

No fundo trata-se dum modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de criar condições de atracção baseado em determinados elementos:

1) Emprego – não está relacionado apenas com a actividade que se desempenha ou com a oferta do mercado-de-trabalho, mas a forma como se podem desempenhar as funções (ex. o teletrabalho pode ligar o trabalhador no interior à sede num centro urbano do litoral, ou então a aposta na diversificação de actividades – ligação da agricultura ou da pecuária com o processo de transformação e/ou comercialização).

2) Habitação – vem na sequência do emprego, isto é, se não houver uma base económica que sustente o emprego, as boas condições de habitação por si só não fixam as populações. No entanto pode surgir como uma mais-valia, ou melhor, como um factor a ponderar no processo de decisão da fixação num determinado lugar, no caso de estar a ser ponderada a escolha/aceitação de um emprego.

3) Serviços – sobretudo no que diz respeito à oferta de serviços ligados à educação (actividades extracurriculares como música, dança, aprendizagem de línguas), saúde (urgência 24 horas) e lazer (equipamentos desportivos, sala de espectáculos). Poderiam ser itinerantes, ou seja, a sede estaria num lugar central, sendo que alguns elementos se iriam deslocar a estes locais alguns dias por semana para, a partir de equipamentos locais, prestarem os devidos serviços.

4) Aproveitamento de equipamentos – para não desperdiçar recursos, centralizar num local que possa servir rapidamente vários pontos, contudo ter em atenção o acesso das populações aos mesmos, como já foi referido.

5) Consolidação de eixos e corredores urbanos e desenvolvimento de serviços específicos – a ligação entre centros urbanos de maior desenvolvimento pode fazer destas áreas interiores locais de passagem e com isso fomentar a

procura de bens e serviços, até mesmo dar a conhecer alguns específicos da região.

6) Transportes públicos – como suporte da ligação das populações com locais fora e na raia centro-ibérica.

No modelo assume-se que as regiões fronteiriças, onde se inclui a região em estudo, podem procurar inverter a situação demográfica com base na relação entre as medidas compensatórias (ex. fundos europeus, isenção de impostos) e a própria criação de desenvolvimento, seja pelos recursos humanos autóctones ou alóctones.

Recomenda-se assim a intervenção do poder local, das associações para o desenvolvimento e da sociedade civil, no sentido de aproveitarem da melhor forma as oportunidades, através de candidaturas válidas e de interesse aos fundos, daí que seja importante a divulgação junto das população através da imprensa local e de outros meios, bem como sessões de esclarecimento e de acompanhamento aos interessados.

Por outro lado seria importante o estabelecimento de planos locais onde as entidades definissem estratégias e acções concretas, com prazos de execução e avaliação dos resultados conseguidos.

Para a raia centro-ibérica o cenário futuro adivinha-se difícil. Estima-se que haja uma perda acentuada de população quer por saída de jovens para centros urbanos de grande dimensão, quer pela descida e manutenção da baixa taxa de natalidade o que, aliado ao envelhecimento populacional, acentuará o despovoamento. É por isso necessário um modelo de desenvolvimento sustentável que crie uma base económica, social e cultural que ligue dois territórios com o mesmo tipo de problemas mas com potencialidades semelhantes/diferentes, para que se torne atractivo e desejável viver na raia centro-ibérica.

Bibliografia

BAPTISTA, A.J. MENDES (1999), *Políticas para o Desenvolvimento do Interior. Um contributo para o “Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006”*. Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.

CAVACO, C. (1995), Um olhar sobre a fronteira Portugal-Espanha; in CAVACO, C.(Coord), *As Regiões de Fronteira*. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Estudos para o Desenvolvimento Regional e Urbano, nº43, Lisboa, pp.19-34.

CENTRO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO (2001), *Diagnóstico prospetivo da cooperação interregional no território de fronteira*. Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.

COIMBRA, C. (2002), Região Centro, Alentejo e Extremadura. Um estudo comparativo da região de fronteira. *Revista de Estudos Regionais – Região Centro*, 1º semestre de 2002, nº1, Coimbra, pp.41-65.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DO ALENTEJO (2007), *Badajoz, sede do Secretariado Técnico Conjunto da Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha*

<http://www.ccdr-a.gov.pt/default.asp?action=news&idnews=165> (acedido em 10/05/2007)

DE LA MACORRA, L. (2006), *Eurocidade Ibérica Elvas-Badajoz*

http://www.portodesetubal.pt/seminario/008_Universidade_Extremadura.pdf (acedido em 14/05/2007)

GUICHARD, F.; TRIGAL, L.L.; MARROU, L. (2000), *Itinerarios transfronterizos en la Península Ibérica*. Fundación Rei Henriques, Serie Monografías y Estudios, Zamora.

FONSECA, M.L.(2007), Inserção Territorial. Urbanismo, Desenvolvimento Regional e Políticas Locais de Atracção; in VITORINO, A. (Coord.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça?*, Fórum Gulbenkian Imigração, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pp.104-150.

QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO III (2007), *INTERREG III*

<http://www.qca.pt/iniciativas/interreg.asp> (acedido em 10/05/2007)

MARTINÉZ, José M.Serrano (2003), *España en el nuevo milénio: realidad territorial y retos pendientes*. Universidade de Múrcia, Múrcia.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2006), *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. Relatório*.

http://www.territorioportugal.pt/Storage/pdfs/PNPOT_RelatorioFinal.pdf (acedido em 09/05/2007)

MOCINHA, NUNO (2006), *Elvas, cidade logística*

http://www.portodesetubal.pt/seminario/007_Elvas_Badajoz.pdf (acedido em 15/05/2007)

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2005), *Relatório Estatístico Anual 2005*

<http://www.sef.pt/documentos/Rel%20%20Estat%20%202005.pdf> (acedido em 09/05/2007)

Outras Fontes Virtuais:

Instituto Nacional de Estatística

<http://www.ine.pt/> (acedido em 21/04/2007)

Instituto Nacional de Estadística

<http://www.ine.es/> (acedido em 21/04/2007)

Apoio: CENTRO DE ESTUDOS IBÉRICOS